

PERFIL DO PROFISSIONAL DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Rafaele Lima Batista Oriá¹
Robéria Vieira Barreto Gomes²
Tereza Liduina Grigório Fernandes³
Orientadora: Jocileide Sales Campos⁴

INTRODUÇÃO

No Município de Fortaleza existem os profissionais de apoio da educação especial, trabalhando nas escolas da Prefeitura de Fortaleza, para apoiar o professor na demanda de alimentação, higiene, locomoção e comunicação de alunos com deficiência, em que é observada a especificidade de cada aluno para a necessidade ou não deste profissional, ressaltando que não será condição à deficiência. E a justificativa da presença do profissional de acordo com a Nota Técnica nº 19/2010 é ressaltada quando o professor não consegue atender a necessidade específica do estudante em relação aos cuidados oferecidos aos demais estudantes (BRASIL, 2016a). Esses profissionais são terceirizados. No final do ano de 2016, foi realizada uma pesquisa de Mestrado em Ensino em Saúde pela aluna Rafaele Lima Batista Oriá, com a orientação da Professora Jocileide Sales Campos, com estes profissionais (ORÍÁ, 2017). A pesquisa tem, como problema, o seguinte questionamento: Qual é o perfil dos profissionais de apoio da Educação Especial do Município de Fortaleza e se o mesmo é aderente à legislação vigente? Como limitação a este estudo, há de se observar que a pesquisa se centrará somente no âmbito da atuação dos profissionais de apoio da Educação Especial nas escolas da Prefeitura Municipal de Fortaleza e que a pesquisa do perfil socioeconômico dos profissionais de apoio da Educação Especial da Prefeitura Municipal de Fortaleza se dará por amostragem.

Para a resposta ao problema estipulado da pesquisa, necessário se faz traçar objetivos para solucioná-lo. Neste caso, o objetivo geral do trabalho é identificar o perfil dos profissionais de apoio da Educação Especial do Município de Fortaleza. Os objetivos secundários são: identificar quais são as características sócio econômicas dos profissionais de apoio da educação especial; e, pesquisar qual seria o perfil considerado ideal do profissional de apoio por eles próprios

METODOLOGIA

A abordagem quantitativa foi usada na descrição da identificação, do perfil socioeconômico, a abordagem qualitativa no conhecimento sobre o exercício profissional. A população da pesquisa foi constituída dos profissionais de apoio da educação especial ativos, lotados na Prefeitura Municipal de Fortaleza, nas 100 (cem) escolas públicas do referido Município, no total de 100 (cem) profissionais, cujos dados foram colhidos no dia 01 de novembro de 2016.

Foi aplicado um questionário-padrão nos profissionais de apoio da Educação, elaborado pela pesquisadora, durante o final do 2º (segundo) semestre de 2016 e o início do 1º (primeiro) semestre

¹ Mestra em Ensino e Saúde da UNICHRISTUS, rafaele.oria@gmail.com;

² Doutora em Educação – Universidade Federal do Paraná, aee.roberia@gmail.com

³ Doutora em Educação – Universidade Federal do Ceará; tereza.liduina@gmail.com

⁴ Doutora em Saúde Pública - Universidade de São Paulo. jocileide23@gmail.com

de 2017, para uma amostra de 60 (sessenta) pessoas, selecionados por conveniência da população escolhida. Utilizou-se também nesta pesquisa investigações em fontes bibliográficas. A pesquisa foi autorizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e foi aprovado pela plataforma Brasil. Os profissionais de Apoio, tiveram a liberdade de aceitar em responder a entrevista, como também assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

DESENVOLVIMENTO

Eis o resultado consolidado dos questionários aplicados, nas categorias reportadas: Perfil socioeconômico dos profissionais de apoio da Educação Especial da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

No item idade, observa-se , a maior faixa de idade dos profissionais de apoio está entre 41 (quarenta e um) a 50 (cinquenta) anos, a 2ª (segunda) maior faixa é de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) anos, e a 3ª (terceira) de 31 (trinta e um) a 40 (quarenta) anos. Identifica-se que o grupo populacional maior de 21 (vinte e um) anos e menor de 50 (cinquenta) anos.

No item gênero, a quase totalidade dos profissionais de apoio é de mulheres. Dessa forma, percebe-se que as mulheres se identificam mais com essa profissão talvez por ser um profissional que terá como função alimentar, higienizar e ajudar na locomoção e na comunicação.

No item escolaridade, as 2 (duas) maiores escolaridades dos profissionais de apoio de Fortaleza são 2º (segundo) grau completo 20 (vinte) profissionais, superior incompleto 19 (dezenove), superior completo 8(oito), pós-graduação incompleta 6(seis), pós-graduação completa 3(três).

Na opinião do profissional de apoio (categoria opinião da função), em que os mesmos descrevem nas suas respectivas convicções, qual seria o perfil considerado ideal do profissional de apoio. Eis o resultado encontrado:

No âmbito de formação e qualificação profissional os tópicos mais citados foram:

1. Curso na área / conhecimento na área / ter cursos;
2. Qualificação / ser capacitado / preparação;
3. Formação na educação especial.

Este resultado encontrado vai ao encontro a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2017a), que determina que: Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: [...] VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; (grifamos) A Nota Técnica MEC / SECADI / DPEE nº 24/2013 cita novamente o artigo 2º, inciso VII, ressaltando a necessidade da formação para os profissionais. Destaca também que a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva dá realce ainda à necessidade da formação para os profissionais que trabalham com inclusão escolar (BRASIL, 2017b).

Dessa forma, os profissionais de apoio comprovam na prática, que a formação, capacitação e preparação são peças fundamentais para o trabalho. E as leis também estão dentro da realidade do dia a dia do profissional de apoio relacionado à formação.

Em relação ao âmbito da experiência profissional, foi percebido que os profissionais de apoio deveriam ter:

1. Conhecer a deficiência;

2. Conhecer as dificuldades do aluno / como lidar com aluno;
3. Saber trabalhar com crianças com deficiência.

Na Nota Técnica nº 19/2019 fala das atribuições de alimentação, higiene e locomoção, para realizar essa tarefa. Neste sentido, estas citações (conhecer a deficiência, conhecer as dificuldades do aluno, saber lidar com o aluno, saber trabalhar com crianças deficientes) vão ao encontro do que orienta a Nota Técnica. A Lei nº 12.764/2012 não relata qual formação o profissional deve apresentar (BRASIL, 2017a). A Nota Técnica MEC / SECADI / DPEE nº 24/2013 (BRASIL, 2017b) também não fala qual formação o profissional deve ter. A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), por sua vez, também não fala qual formação o profissional de apoio deve possuir (BRASIL, 2016b).

No âmbito das qualidades comportamentais os profissionais de apoio, perceberam como sendo fundamental:

1. Paciente / sereno / calmo / equilíbrio emocional;
2. Amorosa / amor pelo ser humano;
3. Empatia / atenciosa / carinhosa / compreender o aluno / sem frescura / simpática;
4. Gostar do que faz / gostar do trabalho / gostar de ajudar.

A Resolução do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza nº 10/2013 também não fala nada em relação às qualidades comportamentais que os profissionais de apoio devem ter (FORTALEZA, 2017). Não existe uma Nota Técnica relacionada às qualidades comportamentais. Percebe-se como sendo uma consequência das respostas mais citadas, que os profissionais de apoio da educação especial, falaram realmente a necessidade deles e que muitas não estão registradas nas leis. E se faz com urgência essa ampliação referente a muitos aspectos relacionados ao trabalho deles. Apresentando-se essa pesquisa quantitativa e qualitativa como uma fonte fundamental para que ocorram as novas mudanças nas resoluções e notas técnicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa, percebeu-se que em relação a formação e qualificação do profissional de apoio faz-se necessário apresentar pelo menos 1(um) curso na área da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e ter uma formação constante no exercício da função do profissional, bem como no ato da contratação receber uma formação com maiores esclarecimentos do exercício da função.

No âmbito da experiência profissional, conclui-se que o profissional para assumir a função, teve conhecer as deficiências com maior número de matrícula na Rede de Ensino, saber identificar as potencialidades e pontuar o momento que o estudante irá precisar de ajuda para executar uma determinada tarefa exigida na Unidade Escolar.

No âmbito das qualidades comportamentais os profissionais de apoio, perceberam como sendo fundamental as seguintes características: paciente, calmo, equilíbrio emocional, amor pelo ser humano, empatia, atencioso, carinhoso, compreender o aluno, simpático, gostar do que faz, gostar do trabalho e gostar de ajudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o presente trabalho atingiu seu objetivo principal, ao identificar o perfil dos profissionais de apoio da educação especial da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Constatou que o mesmo está

aderente, mas se faz necessárias complementações normativas adicionais. Faz-se necessário com urgência, plenárias, para que venham a ser mais bem debatida, a regulamentação dos profissionais de Apoio da Educação Especial, ressaltando quais seriam em detalhes suas competências, perfil e exigências necessárias para o seu exercício profissional.

Palavras-chave: Perfil, Profissional de Apoio. Educação Especial

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 09 set. 2017a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial. Nota Técnica MEC / SECADI / DPEE nº 24/2013. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf. Acesso em 24 nov. 2017b.

_____. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Brasil. Nota Técnica MEC / SEESP / GAB nº 19/2010, de 08 de setembro de 2010. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/index.php> . Acesso em: 08 fev. 2016a.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015 Acesso em: 08 fev. 2016b.

COCURULLO, Antonio. Gestão de riscos corporativos: riscos alinhados com algumas ferramentas de gestão – um estudo de caso no setor de celulose e papel. 3. ed. São Paulo: Antonio Cocurullo, 2004. FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Resolução do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza – CME nº 10/2013. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esc>. Acesso em 02 nov. 2017.

ORÍÁ, Rafael Lima Batista. Formação dos profissionais de apoio da educação especial pela gamificação. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Christus - Unichristus, Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, Fortaleza, 2017.